

Capitalismo e Liberdade – Milton Friedman

Encontro Introdutório

Capítulo introdutório

- **Liberdade - O homem livre não perguntará o que sua pátria pode fazer por ele ou o que pode ele fazer por sua pátria. Perguntará de preferência: "o que eu e meus compatriotas podemos fazer por meio do governo" para ajudar cada um de nós a tomar suas responsabilidades, a alcançar nossos propósitos e objetivos diversos e, acima de tudo, a proteger nossa liberdade? [Friedman, 1962, pág. 1]**

Capítulo Introdutório

Dever do Estado - Primeiro, o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos. [Friedman, 1962, pág. 1]

Capítulo Introdutório

- Divisão de trabalho - A especialização de funções e a divisão do trabalho não se desenvolveriam tanto se a unidade de produção fosse a família. Numa sociedade moderna, avançamos bem mais. Existem organizações que funcionam como intermediárias entre indivíduos, em sua capacidade de fornecedores de serviços e compradores de bens. De modo semelhante, a especialização de funções e a divisão do trabalho não poderiam desenvolver-se muito se tivéssemos que continuar contando com a troca de produto por produto. Em conseqüência, o dinheiro foi introduzido como modo de facilitar as trocas e permitir operações de compra e venda, separadas em duas partes. [Friedman, 1962, pág. 7]

Capítulo Introdutório

- É muito mais fácil estabelecer tais condições em termos gerais do que analisá-las em detalhes, ou especificar precisamente as organizações institucionais mais capazes de nos levarem a elas. De fato, boa parte da literatura econômica técnica está dedicada a essas questões. O requisito básico é a manutenção da lei e da ordem para evitar a coerção física de um indivíduo por outro e para reforçar contratos voluntariamente estabelecidos, dando assim base ao conceito de "privado". Além deste, talvez o problema mais difícil seja o que diz respeito ao monopólio - que inibe a liberdade efetiva retirando dos indivíduos as alternativas com relação a uma determinada troca - e aos efeitos laterais - e feitos em terceiros, pêlos quais não é possível creditá-los ou debitá-los. Esses problemas serão discutidos mais detalhadamente no próximo Capítulo. [Friedman, 1962, pág. 7]

Capítulo 2 – Papel do governo numa sociedade livre

Capítulo 2 – Papel do governo numa sociedade livre

- *Governos representativos - Há, evidentemente, determinadas questões com relação às quais a representação proporcional efetiva é impossível. Eu não posso ter a total defesa nacional que desejo e você ter uma totalmente diferente. Com respeito a tais assuntos indivisíveis, podemos discutir, argumentar e voltar. Mas, uma vez alcançada uma decisão, temos que nos conformar. É precisamente a existência destes assuntos indivisíveis sobre a proteção do indivíduo e da nação : contra a coerção são claramente os mais básicos - que impede se possa contar, exclusivamente, com a ação individual através do mercado. Se teus e alguns de nossos recursos para estes assuntos indivisíveis, dermos utilizar os canais políticos para reconciliar as diferenças. [Friedman, 1962, pág. 12]*

Capítulo 2 – Papel do governo numa sociedade livre

Monopólio e correios - A razão histórica pela qual nós temos um monopólio do serviço postal é constituída pelo fato de que o Pony Express realizava tão bom trabalho transportando a mala através do continente que, quando o governo introduziu o serviço transcontinental, não pôde competir efetivamente e perdeu dinheiro. O resultado foi uma lei tornando ilegal o transporte de correspondência por parte de qualquer outra organização. Por isso a Adams Express Company é hoje um truste de investimento ao invés de ser uma companhia operante. Eu imagino que, se a entrada no negócio de transporte de correspondência fosse aberta a todos, haveria um bom número de empresas tentando participar e esta arcaica indústria seria revolucionada em pouco tempo.[Friedman, 1962, pág. 16]

Capítulo 3 – Controle do dinheiro

- New Deal e intervencionismo - A economia de livre empresa, dizem, inerentemente instável. Deixada à sua própria sorte, produziria ciclos de altos e baixos. O governo deve, portanto, intervir para manter as coisas em equilíbrio. Esses argumentos foram particularmente poderosos durante e após a Grande Depressão de 1930 e constituíram elementos de peso para o surgimento do New Deal neste país e para extensões comparáveis da intervenção do governo em outros países. Mais recentemente, "crescimento econômico" tornou-se o slogan mais importante das reuniões políticas. O governo deve, é o que se afirma, garantir a expansão da economia a fim de obter recursos para a guerra-fria e demonstrar às nações não-alinhadas do mundo que uma democracia pode crescer mais rapidamente do que um Estado comunista. [Friedman, 1962, pág. 20]

2º Encontro – Capitalismo e Liberdade

Capítulo 3 – Controle do Dinheiro

Título público - O dinheiro fiducitário constitui um contrato para o pagamento do dinheiro padrão. Acontece entretanto que existe longo intervalo entre a confecção de tais contratos e sua realização. Tal fato aumenta a dificuldade de fazer executar o contrato e, portanto, também a tentação de emitir contratos fraudulentos. Além disso, uma vez que elementos fiduciários tenham sido introduzidos, a tentação do governo de também emitir moeda fiduciária é quase irresistível. Na prática, portanto, os padrões mercadoria apresentam a tendência de se tornar padrões mistos envolvendo extensa intervenção por parte do Estado. [Friedman, 1962, pág. 22]

Capítulo 3 – Controle do dinheiro

- Padrão ouro - Esta conclusão está confirmada pela evidência histórica geral a que já me referi e também pela experiência específica dos Estados Unidos. De 1879, quando os Estados Unidos retomaram o pagamento em ouro depois da Guerra Civil, até 1913, os Estados Unidos mantiveram o padrão ouro. Embora estivéssemos na ocasião mais perto de um padrão ouro automático do que já estivemos desde o fim da Primeira Guerra Mundial, o padrão era ouro cem por cento. Havia a emissão de papel moeda pelo governo, e bancos privados emitiam a maior parte dos meios em circulação efetivos sob a forma de depósitos; os bancos eram estritamente regulados em suas operações por agências do governo - os bancos nacionais pelo Controller of the Currency, bancos estaduais pelas autoridades bancárias estaduais. O ouro, pertencente ao Tesouro, a bancos ou a indivíduos, sob a forma de moedas ou certificados, constituía entre 10 a 20% do estoque de dinheiro, variando a porcentagem exata de ano para ano. Os restantes 80 ou 90% eram prata, moeda fiduciária e depósitos bancários não cobertos pelas reservas de ouro. [Friedman, 1962, pág 22]

Capítulo 3 – Controle do dinheiro

- Crise de 1929 - Esse ponto pode muito bem ter sido atingido na data em que realmente ocorreu em parte devido às condições de controle relativamente apertado do dinheiro impostas pelo Federal Reserve System numa tentativa de dominar a "especulação", deste modo indireto, o mercado de ações pode ter contribuído para o aparecimento da retração. O colapso do mercado de ações, por seu lado, teve alguns efeitos indiretos na confiança geral nos negócios e na disposição dos indivíduos de gastar, o que exerceu influência depressiva no curso dos negócios. Mas, por si próprios, tais efeitos não poderiam ter produzido um colapso na atividade econômica. Quando muito, teriam tornado a crise um pouco mais longa e um pouco mais severa do que as crises suaves que caracterizaram o crescimento da economia americana ao longo de sua história, não a teriam tornado tão catastrófica quanto foi. [Friedman, 1962, pág. 24]

Capítulo 4 – Finanças internacionais e problemas de mercado

- Finanças Internacionais e Problemas de Mercado - O problema dos acordos monetários internacionais consiste na relação entre as diversas moedas nacionais: os termos e condições sob os quais os indivíduos podem converter dólares americanos em libras esterlinas, dólares canadenses em dólares americanos etc. Esse problema está estreitamente ligado ao controle do dinheiro discutido no capítulo anterior. Está ligado também às políticas governamentais a respeito do mercado internacional, por ser o controle sobre o mercado internacional uma das técnicas de regular os pagamentos internacionais. [Friedman, 1962, pág. 29]

Capítulo 4 – Finanças internacionais e problemas de mercado

- Fuga de capital - Ao discutir as relações monetárias internacionais num nível mais geral, é necessário distinguir dois problemas diferentes: o balanço de pagamentos e o perigo de uma corrida ao ouro. A diferença entre os dois problemas pode ser ilustrada de modo simples considerando a analogia de um banco comercial comum. O banco deve organizar seus negócios de tal modo que perceba, sob a forma de taxa de serviços, juros sobre empréstimos etc.. um total bastante grande para permitir-lhe fazer frente às suas despesas - salários, juros sobre fundos levantados, custo de suprimentos, lucros para os acionistas etc. Deve, portanto, lutar para ter um bom volume de rendas. Mas mesmo um banco que esteja em boas condições em termos de renda pode passar por sérias dificuldades se, por qualquer motivo, seus depositantes vierem a perder a confiança nele e subitamente exigirem em massa a devolução de seus depósitos. Inúmeros bancos sólidos foram forçados a fechar as portas devido a corridas desse tipo durante a crise de liquidez descrita no capítulo anterior. [Friedman, 1962, pág. 31]

Capítulo 4 – Finanças internacionais e problemas de mercado

- Taxas de câmbio flutuante como solução do mercado livre - Há somente dois mecanismos consistentes com um mercado e um comércio livres. Um deles é um padrão ouro internacionalmente e completa-mente automático. Isto, como vimos no capítulo anterior, não é nem factível nem desejável, e, de qualquer forma, não podemos adotá-lo por conta própria. O outro é um sistema de taxas de câmbio livremente flutuantes, determinadas no mercado por transações privadas sem a intervenção governamental. Esta é a contrapartida apropriada do mercado livre para a norma monetária discutida no capítulo anterior. Se não a adotarmos, falharemos inevitavelmente em expandir a área do mercado livre e teremos que, cedo ou tarde, acabar por impor controles diretos cada vez mais amplos sobre o mercado. Nessa área, como em outras, as condições podem mudar, e quase sempre mudam inesperadamente. [Friedman, 1962, pág. 35]

Capítulo 4 – Finanças internacionais e problemas de mercado

- Livre-comércio - Poucas medidas que tomássemos seriam capazes de promover mais a causa da liberdade em nosso próprio país e no exterior. Em vez de fazer doações a governos estrangeiros em nome da ajuda econômica - e com isso promovendo o socialismo - e, ao mesmo tempo, impor restrições aos produtos que conseguem produzir - e, portanto, prejudicando a empresa privada - poderíamos tomar uma atitude consistente e conveniente. Poderíamos dizer ao resto do mundo: acreditamos em liberdade e pretendemos praticá-la. Ninguém pode forçá-los a ser livres. Este é o assunto de sua alçada. Mas podemos oferecer cooperação total em termos iguais para todos. Nosso mercado está aberto para vocês. Vendam aqui o que puderem e desejarem. E comprem o que quiserem. Desta forma, a cooperação entre indivíduos pode tomar-se de amplitude mundial, embora livre. [Friedman, 1962, pág. 39]

Capítulo 5 – Política fiscal

- Investimentos privados x estatal - Mais recentemente, a ênfase deslocou-se da necessidade de "dar a partida" e evitar a "estagnação" para a necessidade de manter o equilíbrio. Afirma-se que, quando os investimentos privados declinam por qualquer razão, os investimentos do governo devem aumentar para manter estáveis os investimentos totais; por outro lado, quando os investimentos privados aumentam, os do governo devem baixar. Infelizmente, o sistema não funciona. Qualquer retração, mesmo de pequeno porte, abala a sensibilidade política de legisladores e administradores levantando o espectro sempre presente da crise de 1929/33. Apressam-se, então, a pôr em vigor programas federais de investimento de um tipo ou de outro. Muitos deles não começam a funcionar de fato até que a retração tenha passado. Logo, como afetam o total de investimentos, sobre que falarei mais tarde, eles tendem a exarcerbar a expansão seguinte em vez de mitigar a retração. A rapidez com que os programas são aprovados não é seguida por igual rapidez em extingui-los ou em eliminar outros, quando a retração passa e a expansão se desenvolve. [Friedman, 1962, pág. 39]

Capítulo 5 – Política fiscal

- BNDES e política fiscal do PT - Em segundo lugar, não se sabe de onde o governo tira os 100 dólares para gastar. No que concerne à análise, parece que o resultado é o mesmo, quer o governo imprima o dinheiro novo ou levante empréstimos públicos. Mas é evidente que isso faz diferença. Para separar a política fiscal da monetária, suponhamos que o governo tome emprestados os 100 dólares de modo que o estoque de dinheiro continua o mesmo de antes do investimento governamental. Esta é a melhor suposição porque o estoque de dinheiro pode ser aumentado sem despesas extras por parte do governo, se assim for desejado, simplesmente por meio da impressão de dinheiro e da compra de títulos com ele. Mas agora é preciso investigar o efeito desse empréstimo. Para analisar o problema, suponhamos que a substituição não ocorra, e, assim, não haverá compensação direta dos 100 dólares por meio de uma queda correspondente nas despesas privadas. É preciso notar que o empréstimo tomado pelo governo para gastar não altera o volume de dinheiro existente nas mãos dos indivíduos. O governo toma emprestados 100 dólares de alguns indivíduos com a mão direita, e doa o dinheiro com a mão esquerda àqueles com quem faz suas despesas. [Friedman, 1962, pág. 42]

Terceiro encontro – Capitalismo e Liberdade

Capítulo 6 – Papel do governo na educação

- Formação cidadã pela educação - Uma sociedade democrática e estável é impossível sem um grau mínimo de alfabetização e conhecimento por parte da maioria dos cidadãos e sem a ampla aceitação de algum conjunto de valores. A educação pode contribuir para esses dois objetivos. Em consequência, o ganho com a educação de uma criança não é desfrutado apenas pela criança ou por seus pais mas também pelos outros membros da sociedade. A educação do meu filho contribui para o seu bem-estar em termos de promoção de uma sociedade estável e democrática. Não é possível identificar os indivíduos particulares (ou famílias) que se beneficiam em tal caso e taxá-los por serviços usufruídos. Há, portanto, substancial "efeito Lateral". - [Friedman, 1962, pág. 44]

Capítulo 6 – Papel do governo na educação

- Base curricular - Uma justificativa para a nacionalização da instrução, baseada nos "efeitos laterais", diz respeito a que seria impossível de outra forma fornecer uma base comum de valores considerados necessários à estabilidade social. A imposição de padrões mínimos às escolas particulares, como sugerido acima pode não ser suficiente para alcançar tal objetivo. Esse ponto pó de ser ilustrado concretamente em termos de escolas dirigidas por grupo: religiosos diferentes. Tais escolas, poder-se-ia argumentar, estariam inculcando conjuntos de valores incompatíveis entre si e com os inculcados na; escolas não religiosas; assim, estariam convertendo a educação numa force desagregadora em vez de unificadora. [Friedman, 1962, pág. 46]

Capítulo 6 – Papel do governo na educação

- Ensino superior - A discussão acima prendeu-se, em sua maior parte, aos níveis primários e secundários. No caso do nível superior, a nacionalização justificada em termos de efeitos laterais ou monopólio técnico é ainda menos aceitável. Nos níveis mais baixos de ensino, há uma concordância considerável, quase unanimidade, quanto ao conteúdo apropriado de um programa educacional para os cidadãos de uma democracia. Nos níveis seguintes, a área de concordância diminui cada vez mais. Já abaixo do nível do college, há concordância insuficiente para justificar a imposição dos pontos de vista de uma maioria, e muito menos de uma pluralidade. A falta de concordância é tal, nesta área, que já permite levantar dúvidas sobre a conveniência da subvenção à instrução neste nível; e é bastante grande para impedir qualquer tentativa de defesa da nacionalização na base da criação de um conjunto comum de valores. Não se pode levantar a questão do "monopólio técnico" neste nível, devido às distâncias que os indivíduos são obrigados a percorrer para frequentar instituições de nível superior. [Friedman, 1962, pág. 51]

Capítulo 6 – Papel do governo na educação

- Investimento humano - O importante não é redistribuir a renda, mas tornar o capital disponível em termos compatíveis, tanto para o investimento humano quanto para o físico. Os indivíduos devem ser responsabilizados pelo custo de seu investimento e receber as recompensas. Não devem ser impedidos pelas imperfeições do mercado de fazer o investimento, se estão dispostos a arcar com os custos. Um modo de obter tais resultados seria o governo atuar no investimento em seres humanos em termos semelhantes aos demais investimentos. Uma agência governamental poderia financiar ou ajudar a financiar o treinamento de qualquer indivíduo que pudesse satisfazer um padrão mínimo de qualidade. Ofereceria anualmente uma soma limitada durante número especificado de anos, desde que os fundos fossem utilizados em treinamento numa instituição reconhecida. Em troca, o indivíduo concordaria em pagar ao governo em cada ano futuro determinada porcentagem de sua renda superior a uma soma fixada para cada 1 000 dólares recebidos do governo. [Friedman, 1962, pág. 55]

Capítulo 7 – Capitalismo e Discriminação

- Capitalismo ajuda na sobrevivência - Constitui fato histórico notável que o desenvolvimento do capitalismo tenha sido acompanhado por uma grande redução da extensão em que determinados grupos religiosos, raciais ou sociais operaram sob handicaps especiais com respeito às suas atividades econômicas, isto é, pela redução na discriminação que sofriam. A substituição dos acordos em termos de status pelos acordos em termos de contratos foi o primeiro passo para a libertação dos servos da Idade Média. A sobrevivência dos judeus ao longo da Idade Média foi possível devido à existência de um setor do mercado em que podiam operar e, portanto, manter-se, apesar da perseguição oficial. Puritanos e quacres puderam emigrar para o Novo Mundo porque foram capazes de acumular no mercado os fundos necessários, apesar das restrições que lhes foram impostas em outros setores. Os Estados do Sul após a Guerra Civil tomaram diversas medidas para imporem restrições legais aos negros. Uma que jamais foi tomada, sob forma alguma, foi a de estabelecer barreiras à propriedade sob qualquer aspecto. [Friedman, 1962, pág. 56]

Capítulo 7 – Capitalismo e Discriminação

- Racismo - Se fosse adotada uma proposição como a do capítulo precedente, ela permitiria o desenvolvimento de certa variedade de escolas, algumas todas brancas, outras todas negras, e outras ainda comuns aos dois tipos de população. Permitiria, de outro lado, que a transição de um tipo de escola para outro - para as comuns aos dois tipos de população, é o que esperamos - se realizasse de modo gradual à medida que as atitudes da comunidade fossem mudando. Evitaria, assim, o duro conflito político que tanto tem contribuído para criar tensão social e dividir a comunidade. E permitiria, como o mercado faz de modo geral, o surgimento, nesta área particular, da cooperação sem o conformismo. [Friedman, 1962, pág. 61]

Capítulo 8 – Monopólio e a responsabilidade social e do trabalho

Monopólio - O monopólio existe quando um indivíduo ou empresa específica tem controle suficiente sobre determinado produto ou serviço para estabelecer de modo significativo os termos em que outros indivíduos terão acesso a ele. Em alguns casos, o monopólio aproxima-se do conceito comum de competição, uma vez que envolve rivalidade pessoal. O monopólio dá origem a duas classes de problemas para uma sociedade livre. Primeiro, a existência de monopólio significa uma limitação nas trocas voluntárias através de uma redução das alternativas disponíveis aos indivíduos. Segundo, a existência do monopólio levanta a questão da "responsabilidade Social", como é em geral denominada, do monopolista. Os Participantes de um mercado competitivo não dispõem de poder apreciável Para alterar os termos da troca; dificilmente se tornam visíveis como entidades. E, portanto, difícil argumentar que tenham "responsabilidade social". exceto a que é compartilhada por todos os cidadãos de obedecer à lei do país e viver de acordo com suas normas. O monopolista é visível e tem poder. É fácil argumentar que deve usar seu poder não só em seu próprio interesse como também no interesse da sociedade. Contudo, a aplicação de tal doutrina destruiria uma sociedade livre. [Friedman, 1962, pág. 61]

Quarto encontro – Capitalismo e Liberdade

Capítulo 8 – Monopólio e a responsabilidade social e do trabalho

- Regulamentação é perigoso - Felizmente, as áreas em que as considerações técnicas tornam o monopólio solução provável ou preferível são muito limitadas. Elas não oferecem nenhuma séria ameaça à preservação de uma economia livre, exceto pela tendência da regulamentação, introduzida por este mesmo motivo, de se estender para situações em que não se justifica. 2. Assistência direta e indireta do governo. Provavelmente, a maior fonte de poder do monopólio é a assistência do governo, direta ou indireta. Numerosos exemplos de assistência do governo razoavelmente direta já foram citados acima. A assistência indireta ao monopólio consiste em medidas tomadas com outros propósitos que têm como efeito não premeditado a imposição de limitações sobre competidores potenciais de firmas existentes. Talvez os três exemplos mais claros sejam as tarifas, a legislação de impostos e as leis com respeito às disputas trabalhistas. [Friedman, 1962, pág. 67]

Capítulo 8 – Monopólio e a responsabilidade social e do trabalho

- Impostos - Essa estrutura tributária encoraja a retenção dos lucros. Mesmo "que o retorno a ser ganho internamente seja substancialmente menor do que aquele que o acionista como tal poderia obter investindo os fundos externamente, poderá ser mais conveniente investir internamente devido à economia nos impostos. Isso leva a uma perda de capital - à sua utilização em atividades menos produtivas. Foi esta uma das maiores razões da tendência observada, após a Segunda Guerra Mundial, em direção à diversificação horizontal, à medida que as firmas procuravam uma saída para seus lucros. Constitui também uma grande fonte de força para as empresas estabelecidas com relação aos novos empreendimentos. As empresas estabelecidas podem ser menos produtivas do que as novas, mas seus acionistas têm maior incentivo para investir nelas do que para receber os dividendos a fim de poderem investir em novas empresas através do mercado de capital. [Friedman, 1962, pág. 67]

Capítulo 9 – Leis trabalhistas

- Burocracia - Atualmente, tarifas, leis comerciais, cotas de importação, cotas de produção, restrições de sindicatos a contratações, e assim por diante, constituem exemplos de fenômenos semelhantes. Em todos esses casos, autoridades governamentais determinam as condições sob as quais certos indivíduos podem dedicar-se a certas atividades - o que significa os termos em que alguns indivíduos recebem a permissão para entrar em trocas com outros. O aspecto comum a tais exemplos, bem como ao licenciamento, é que a legislação é estabelecida para o benefício de um grupo produtor. No caso do licenciamento, o grupo produtor é constituído por uma profissão. Nos outros exemplos, pode tratar-se de um grupo que produz determinado produto e deseja uma tarifa; de um grupo pequeno que deseja proteção contra grupos maiores; ou de grupos de produtores de petróleo, de agricultores ou de trabalhadores da siderurgia. [Friedman, 1962, pág. 72]

Capítulo 9 – Leis trabalhistas

- Regulação dos tipos de trabalho - De modo semelhante, as instruções estabelecidas para o licenciamento envolvem, invariavelmente, o controle por parte de membros da ocupação em pauta. Ainda aqui, o fato é, sob certo ponto de vista, natural. Se a profissão de bombeiro só pode ser exercida pelos que possuem os requisitos e capacidade para exercê-la de modo conveniente, é evidente que apenas os bombeiros serão capazes de julgar os que poderão ser licenciados. Conseqüentemente, a comissão ou qualquer outra organização encarregada de fornecer as licenças é constituída quase sempre por representantes de bombeiros, farmacêuticos ou médicos ou de qualquer outra profissão de que se trate no momento. [Friedman, 1962, pág. 72]

Capítulo 9 – Leis trabalhistas

- Licença para ser médico ou prova da OAB - Em primeiro lugar, o licenciamento é a chave do controle que a profissão médica pode exercer sobre o número de médicos. Para entender tal declaração, é preciso examinar a estrutura da profissão médica. A American Medical Association é, talvez, a associação profissional mais poderosa dos Estados Unidos. A essência do poder de uma associação reside na sua capacidade de restringir o número dos que podem dedicar-se a determinada profissão. Essa restrição pode ser exercida, indiretamente, pela tentativa de elevar significativamente a importância dos ordenados pagos, isto é, de colocá-los num nível que não alcançariam em outras circunstâncias. Se tal salário puder ser posto em vigor, o resultado será a redução do número de pessoas que poderá conseguir um emprego e, assim, indiretamente, do número das que se dedicarão à profissão. E essa técnica de restrição tem desvantagens. Há sempre um grupo de pessoas inconformadas tentando penetrar na profissão, e uma associação poderá ficar mais segura se limitar diretamente o número de indivíduos que entram para a profissão. Alguns deles poderão, portanto, ser eliminados de início, e a associação não terá mais que se preocupar com eles. [Friedman, 1962, pág. 78]

Capítulo 9 – Leis trabalhistas

Certificado do trabalho - A certificação é muito menos prejudicial sob esse aspecto. Se os que recebem o certificado abusarem de sua situação e se, para a certificação de novos membros, os dirigentes da classe apresentarem condições desnecessariamente rigorosas, reduzindo em demasia o número dos que praticam determinada profissão, o diferencial de preço entre os certificados e os não certificados tornar-se-á suficientemente grande para levar o público a utilizar os serviços destes. Em termos técnicos, a elasticidade da demanda para o serviço dos profissionais certificados será bastante ampla, e os limites dentro dos quais poderão explorar o resto do público aproveitando-se de sua posição especial serão bastante estreitos. [Friedman, 1962, pág. 77]

Capítulo 9 – Leis trabalhistas

Erros médicos e a justiça - Há, ainda, outro modo em que o licenciamento e o monopólio associado na prática da medicina tendem a tornar mais baixos os padrões da prática da profissão. Já mostrei como os padrões da prática são baixados pela redução do número de médicos disponíveis, pela redução do número total de horas disponíveis ao médico treinado para tarefas mais ou menos importantes e pela redução do incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento. O padrão é ainda tornado mais baixo por ser muito difícil para o cidadão tomar providências contra um profissional incompetente. Uma das proteções do cidadão contra a incompetência é a proteção contra a fraude e a possibilidade de levar determinados casos até o tribunal. Algumas causas chegam até lá e os médicos se queixam do alto preço que têm que pagar por isso. Entretanto, causas desse tipo são muito raras e frequentemente não têm sucesso - devido ao olho protetor das associações médicas. Não é fácil conseguir que um médico testemunhe contra um colega, se tiver que enfrentar a sanção de ver negado seu direito de praticar num hospital "aprovado". As testemunhas têm que vir geralmente de membros de grupos estabelecidos Pelas próprias associações - sempre, naturalmente, em benefício do alegado interesse dos pacientes. [Friedman, 1962, pág. 82]

Capítulo 9 – Leis trabalhistas

Livre-mercado como solução para a medicina - Suponhamos que todos tivessem a liberdade de praticar a medicina sem nenhuma restrição, a não ser a responsabilidade legal e financeira de qualquer dano infligido a outros por fraude ou negligência. Imagino que o inteiro desenvolvimento da medicina teria sido diferente. O mercado atual para serviços médicos, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, pode dar-lhe alguns indícios sobre as diferenças envolvidas. A prática em equipe, juntamente com os hospitais, teria crescido enormemente. Em vez de prática individual, mais instituições hospitalares dirigidas pelo governo ou sociedades filantrópicas, poderiam ter-se desenvolvido sociedades médicas ou corporações -- equipes médicas. Poderiam elas, então, fornecer equipamento central para diagnóstico e tratamento, incluindo o internamento em hospitais. Em alguns casos, haveria pagamento prévio, combinando em um só plano seguro médico, seguro hospitalar e prática médica em equipe. Outros poderiam cobrar honorários separados por prática separada. E, evidentemente, muitos poderiam usar os dois tipos de pagamento. [Friedman, 1962, pág. 82]

Último Encontro – Capitalismo e Liberdade

Capítulo 10 – Distribuição da renda

Visão marxista sobre a desigualdade - Evidentemente, a argumentação marxista é também improcedente sob outros pontos de vista. Há, inicialmente, a confusão entre o produto total de todos os recursos cooperantes e que é acrescentado ao produto - no jargão dos Economistas, o produto marginal. Ainda mais importante, há uma alteração não explicitada no significado de "trabalho" na passagem das premissas para a conclusão. Marx reconhecia o papel do capital na criação do produto, mas considerava o capital trabalho materializado. Logo, escritas por extenso. as premissas do silogismo marxista seriam as seguintes: "O trabalho presente e passado produz todo o produto. O trabalho presente obtém somente parte do produto." A conclusão lógica seria presumivelmente: "O trabalho passado é explorado." E a inferência para a ação seria a de que o trabalho passado obtenha um pouco mais do produto, embora não fique muito claro de que maneira - a não ser em elegantes mausoléus. [Friedman, 1962, pág. 87]

Capítulo 10 – Distribuição da renda

Capitalismo não é ter acúmulo de riqueza e propriedade - Um dos fatos mais importantes que vai contra as expectativas de muitas pessoas diz respeito às fontes de renda. Quanto mais capitalista é um país, tanto menor a fração de renda paga pela utilização do que se considera geralmente como capital, e tanto maior a fração paga por serviços humanos. Em países subdesenvolvidos, como Índia, Egito e tantos outros, praticamente metade da renda total está constituída por renda de propriedade. Nos Estados Unidos, apenas cerca de um quinto é constituído de renda de propriedade. Em outros países capitalistas adiantados, a proporção não é muito diferente. Evidentemente, tais países têm muito mais capital do que os países primitivos - mas são também mais ricos na capacidade produtiva de seus cidadãos. Portanto, embora a renda de propriedade seja maior, ela representa uma fração menor do total da renda. A grande contribuição do capitalismo não foi o acúmulo de propriedade, foi ter dado oportunidade a homens e mulheres de estenderem e desenvolverem e aperfeiçoarem suas capacidades.[Friedman, 1962, pág. 87]

Capítulo 11 – Medidas para o Bem-Estar Social

Programa de habitação - Uma das justificativas para este programa são os alegados efeitos laterais: os distritos de cortiços, principalmente, e outros tipos de habitação de qualidade inferior, em menor intensidade, impõem altos custos à comunidade sob a forma de proteção contra incêndios e proteção policial. Esse efeito lateral pode realmente existir. Mas, se realmente existisse, ele exigiria, em lugar de programas de habitação, a aplicação de taxas mais altas sobre o tipo de habitação que aumenta os custos sociais - o que tenderia a igualar custos privados e custos sociais. A resposta imediata é que outras taxas incidiriam sobre as pessoas de renda baixa, o que seria indesejável. A resposta implica que o programa habitacional é proposto não na base de efeitos laterais, mas como um meio de ajudar as pessoas de renda baixa. Se é este o caso, por que subvencionar a habitação em particular ? [Friedman, 1962, pág. 92]

Capítulo 11 – Medidas para o Bem-Estar Social

Minha casa minha vida como populismo - Os programas de habitação não podem, portanto, ser justificados em termos de efeitos laterais ou de ajuda às famílias pobres. Só podem ser justificados em termos de paternalismo - as famílias que devem ser ajudadas "precisam" de casas mais do que de outras coisas, mas elas próprias não concordariam com isso ou gastariam o dinheiro de outra forma. O liberal está inclinado a rejeitar este argumento para o caso de adultos responsáveis. Mas não pode rejeitá-lo completamente devido ao modo indireto pelo qual afeta as crianças: isto é os pais negligenciarão o bem-estar de seus filhos que "precisam" de melhor habitação.

[Friedman, 1962, pág. 92]

Capítulo 11 – Medidas para o Bem-Estar Social

Nacionalização - Os custos da nacionalização parecem ser bem superiores a essa pequena vantagem. Aqui, como em outros casos, a liberdade individual para escolher e a competição das empresas privadas por clientes dariam lugar ao aprimoramento dos tipos de contrato disponíveis e ao desenvolvimento da variedade e da diversidade para satisfazerem às necessidades individuais. No nível político, há a vantagem óbvia de se evitar a expansão da atividade governamental e da ameaça indireta à liberdade individual que tais expansões representam. [Friedman, 1962, pág. 97]

Capítulo 11 – Medidas para o Bem-Estar Social

Nacionalização de determinados empreendimentos, como saúde e petróleo -
Concluo, pois, que os argumentos contra a nacionalização do processo de venda das anuidades são bastante fortes, não só em termos dos princípios liberais mas também em termos dos valores expressos pêlos proponentes das medidas em questão. Se realmente acreditam que o governo está em condições de oferecer tais serviço sem nível superior em comparação com o mercado, deveriam ser favoráveis à participação de empresas privadas em competição com as do Estado. Se estiverem certos, as empresas do governo progredirão. Se estiverem errados, o bem-estar do povo será mais bem atendido pelo fato de existir a alternativa privada. Somente o socialista doutrinário ou que acredita no poder centralizado como tal pode, até onde me cabe julgar, tomar o partido da nacionalização de tais empreendimentos.[Friedman, 1962, pág. 97]

Capítulo 12 – Problema da pobreza

Caridade - Considerará a caridade privada destinada a ajudar os menos afortunados como um exemplo do uso apropriado da liberdade. E pode aprovar a ação estatal para mitigar a pobreza como um modo mais efetivo pelo qual o grosso da população pode realizar um objetivo comum. Dará sua aprovação, contudo, com certo desgosto, pois estará substituindo a ação voluntária pela ação compulsória. Aquele que pensa em termos de igualdade acompanhará o liberal em todos estes casos. Mas pretenderá ir mais longe. Defenderá o direito de tirar de alguns para dar a outros, não como um meio efetivo pelo qual "alguns" poderão alcançar seu objetivo próprio, mas na base da necessidade da "justiça". Neste ponto, a igualdade entra imediatamente em conflito com a liberdade, sendo preciso, pois, escolher. Um indivíduo não pode ser igualitário, neste sentido, e liberal ao mesmo tempo.[Friedman, 1962, pág. 102]

Capítulo 13 – Conclusão

- Nossa estrutura básica de valores e a rede integrada de instituições livres será capaz de resistir a muitos golpes. Acredito que sejamos capazes de preservar e estender a liberdade, apesar da importância dos programas militares e apesar do poder econômico já concentrado em Washington. Mas tal fato será possível apenas se despertarmos para a ameaça que estamos enfrentando, se persuadirmos nossos concidadãos de que as instituições livres oferecem uma via mais segura, embora às vezes mais lenta, para a obtenção dos fins que perseguem, em comparação com o poder coercitivo do Estado. Algumas mudanças que já surgem no clima intelectual constituem uma boa esperança. [Friedman, 1962, pág. 105]

FIM